



COLOQUIO INTERNACIONAL
DE GESTIÓN UNIVERSITARIA
URUGUAY 2024

Una nueva gestión para una Universidad en Movimiento

Montevideo, Uruguay

02, 03 y 04 de octubre de 2024



INDICADORES NACIONAIS DA EXTENSÃO: UMA VISÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA

PAULO VICTOR REBOUÇAS SOARES

Instituto Federal de Santa Catarina

paulo.soares@ifsc.edu.br

IGOR THIAGO MARQUES MENDONÇA

Instituto Federal de Santa Catarina

igor@ifsc.edu.br

CRISLAINE GRUBER

Instituto Federal de Santa Catarina

crislaine.gruber@ifsc.edu.br

RESUMO

A extensão, indissociada do ensino e da pesquisa na educação profissional e tecnológica (EPT), caracteriza-se como um processo educativo que almeja integrar o discente à sociedade com uma formação cidadã baseada no diálogo no qual se busca entender e trazer as demandas e o conhecimento da sociedade para os domínios da escola para translada-lo sob a roupagem científica de maneira a aperfeiçoá-lo para então retornar e transformar os domínios sociais. Compreender os elementos que se destacam na sua manifestação é essencial para fortalecer a extensão como aglutinadora entre ensino, pesquisa e sociedade. Este estudo indutivo, de abordagem qualitativa, através de uma pesquisa exploratória de documentos legais, normativos e diretivos brasileiros galga os componentes que convergem em indicadores de extensão que possam ser empregados em painéis de observação sustentados por sistemas de informação moldados por boas práticas de governança de dados para exposição e sedimentação do cenário nacional das ações extensionistas na rede federal da EPT nos níveis de ensino médio técnico ao superior com vista ao princípio da transparência e prestação de contas à sociedade.

Palavras chave: Extensão, Educação Profissional e Tecnológica, Indicadores de Extensão, Governança de Dados.

1. INTRODUÇÃO

Mais recente que o ensino e a pesquisa, a extensão de forma indissociável desses, desempenha um papel de diálogo das escolas com a sociedade, promovendo a práxis acadêmica para resolver demandas sociais e contribuindo para o desenvolvimento onde o discente, cidadão em formação, está inserido. As atividades extensionistas não apenas enriquecem a formação acadêmica dos alunos, proporcionando habilidades para o mundo do trabalho, também fortalecem o compromisso conquistado com lutas políticas das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica (EPT) com a responsabilidade social e formação integral do ser humano (Brasil, 2008).

Em um estado democrático em que para se construir discursos confiáveis que ensejem políticas públicas é necessário o embasamento sobre dados, considerando a evolução das tecnologias da informação e comunicação no mundo pós-moderno, a utilização de sistemas de informação para exibir e transparecer dados da extensão pode fortalecer a manifestação de suas atividades. Para isso, é preciso compreender o cenário nacional extensionista, abstraí-lo em indicadores e processos de registro para coleta e análise de dados. Indicadores construídos sob uma boa prática de governança de dados não só ajudam no monitoramento e avaliação estratégica das atividades de extensão, mas também permitem uma melhor prestação de contas e divulgação de bons resultados que fortaleçam as relações com a sociedade (Barbieri, 2019).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CICLO CONTÍNUO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Do pensamento democrático de representatividade direta na Grécia antiga, do ressurgimento dessa nos tempos modernos pelos constitucionalistas federalistas, o Brasil e a América Latina se constroem sob essa estrutura influenciada pelo liberalismo combinado com a soberania popular através da representação política com direitos individuais e liberdades civis. O liberalismo originalmente vinculado à propriedade privada, adapta-se à democracia por atender reivindicações populares resultando em uma complexa articulação de interesses. Existe a defesa do povo pela representação política, porém há a necessidade de ampliação de direitos para participação mais efetiva dos cidadãos (Neto, 1997).

Dessa maneira o estado defende o contratualismo para legitimar as forças sociais mantendo um papel legislativo nas relações civilizatórias enquanto tenta garantir a execução de direitos fundamentais de propriedade e segurança sob uma perspectiva de igualdade e justiça entre os cidadãos. Nesse cenário as relações de trabalho no capitalismo sofrem influência do contratualismo regulado pelo estado, tendo como contrapeso a criação de condições mínimas de bem-estar para a população com alvo na redução de desigualdades sociais (Neto, 1997).

Em paralelo, a democracia enfrenta desafios que dificultam a promoção de bem-estar social devido à globalização e aceleração na troca de informações, a exemplo a criminalidade crescente por conta da escassez víveres e crises econômicas, mudanças climáticas, o desemprego e a imigração de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, o terrorismo, as guerras, conseqüentemente aumento de ações xenofóbicas, sobretudo a manipulação dessas informações por meio de *fake news* para a construção de discursos políticos polarizados, que acabam sendo discutidos na formação cidadã dentro do ambiente escolar (Markoff, 2013).

A sociedade contemporânea enfrenta complexidades comuns de conflitos entre opiniões, interesses e valores, onde a política atua como alternativa à coerção, buscando resolver pacificamente disputas sobre bens públicos através de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder. Políticas públicas, decisões e ações do Estado, são avaliadas sistematicamente quanto à relevância e eficiência. O processo de formulação inclui identificar atores, preferências e reconhecer ambiguidades, enquanto a implementação depende de recursos, teorias adequadas e coordenação eficaz (Maldaner, 2016).

Uma maneira de reformular a democracia é por meio do ‘ciclo de política’ que se caracteriza por ser uma abordagem de estudo e construção de políticas públicas sob uma orientação pós-moderna, a fim de romper com a rigidez hierárquica com que essas são elaboradas, das influências de organizações mundiais, organizadas em redes de interesse muitas vezes alinhado ao sistema capitalista, ao texto do corpo das leis, decretos, diretrizes e normas escritos pela cúpula do estado (Mainardes, 2006).

Todavia, como as relações na sociedade se renovam, logo o ‘ciclo de política’ deve ser contínuo e dinâmico, segmentado em três contextos sem uma estrutura rígida, sequencial ou linear, compostos por grupos de interesse que em debates aperfeiçoam as demandas sociais: (1) “contexto de influência” onde políticas emergem a partir de discursos e os grupos de interesse entram em disputa para influenciar os textos normativos e condutivos; O (2) “contexto da produção” está fortemente relacionado ao contexto da influência, nele ocorre a produção de fato do texto formal disputado pela influência dos grupos por meio de acordos, aqui os textos representam a vontade política das ideologias, esses se manifestam não somente em leis, mas também em discursos informais, comentários, pronunciamentos oficiais, mídias sociais, meios de comunicação massiva, etc; No entanto, o contexto da produção tem limitações materiais e de possibilidades do real, por conseguinte o (3) “contexto da prática” se caracteriza pela aplicação das políticas, o que nem sempre ocorre de acordo com a ideologia do grupo que a promoveu, portanto há margem para interpretação e reinterpretção dessa pelos atuantes para promoção da recriação das políticas educacionais, o que permite que as políticas originais não sejam implementadas, mas não por serem ignoradas, e sim por resultarem em impactos e sofrerem resistência (Mainardes, 2006).

2.2 A extensão na educação profissional e tecnológica

No ensejo dos contextos sociais e políticos, a extensão tem seu movimento embrionário na América Latina em Córdoba por meio de uma manifestação estudantil universitária que requeria que as universidades atendessem as demandas da comunidade em seu entorno, culminando formalmente na relação universidade-sociedade pela Reforma de Córdoba de 1918 (Messina Gomez, et al 2019).

O Brasil influenciado pela Reforma na Argentina, mas sem absorver seu conceito, teve como documento originário da extensão o Decreto-Lei nº 19.851 de 1931 com o entendimento de que era preciso que a universidade desse assistência unilateral às populações rurais por meio de cursos e conferências com temas pré-definidos pelo governo, ausentes de discussão, ocasionando uma limitação do diálogo e distanciamento dessa sociedade (Rodrigues, 2016).

Isso se deu por causa da herança assistencialista empregada nos primórdios da educação profissional e tecnológica - logos da técnica - (EPT) no Brasil. No período imperial brasileiro (1500-1889), devido a necessidade de desenvolver a colônia, atender aos anseios da corte, além tentar resolver problemas sociais, surgiram algumas iniciativas de profissionalização, por vezes jesuíticas ou militares, para os considerados desfavorecidos,

pobres, desocupados, mendigos, órfãos e posteriormente a promulgação da lei do ventre livre, também se listaram ex-escravos. No entanto, essa era uma educação austera de comunicação unilateral que não integrava a técnica ou o aperfeiçoamento dessa com o conhecimento científico, muito menos a formação cidadã, limitava-se ao ensino de um ofício para que tivessem como se sustentarem (Nascimento, 2020).

Na fase inicial da república no Brasil (1889-1930), a oligarquia cafeeira, especialmente em São Paulo, dominava a política nacional em favor de seus interesses. Buscando industrialização, o governo aliou-se a indústrias estrangeiras, levando à abertura da Escola de Aprendizes e Artífices em 1909 para atender à demanda por mão de obra nas fábricas e sustentar a educação assistencialista dos desfavorecidos, agora incluindo migrantes, imigrantes e alforriados que formaram favelas urbanas por falta de emprego. Na fase do Estado Novo (1937-1945), destacou-se Anísio Teixeira com propostas ainda educacionais assistencialistas e a criação do Ministério da Educação, visando uma educação pública e laica para formar uma nação moral e economicamente sólida. A reforma Capanema (1942-1943) solidificou a construção de uma educação voltada para os interesses econômicos criando o sistema S, na mesma época o estado estabelece o conceito de menor aprendiz sob os efeitos das leis do trabalho, e constitui uma rede federal de escolas técnicas ou industriais. Por conseguinte, a fase da ditadura militar (1964-1985) trouxe a obrigatoriedade do ensino médio profissional para toda a rede pública de ensino que logo se extinguiu por conta da precariedade de implantação nos estados e municípios (Souza, 2022; Castro, 2020; Schenkel, 2012).

Durante o período de redemocratização do estado brasileiro, após quase cinco décadas da extensão no Brasil e séculos de educação assistencialista que os debates dos grupos de interesse por uma educação integrada voltada para a cidadania e o diálogo passam a formalizar seus encontros para a promoção de políticas públicas junto ao Ministério da Educação, dentre esse destaca-se o FORPROEX de 1987, composto no início por pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileira, organizado em coordenações concentradas nos temas de cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho e saúde (Rodrigues, 2016).

Fruto dos debates de educadores, a transformação das escolas técnicas federais em institutos federais de educação, ciência e tecnologia pela Lei nº 11.892 de 2008 marcou uma fase de expansão e consolidação da educação profissional e tecnológica no Brasil do nível médio técnico ao superior (Brasil, 2008). Pautada pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a rede federal de EPT forja e fortalece ideias de democratização do conhecimento acadêmico, instrumentalização da práxis, promoção da interdisciplinaridade, participação efetiva da comunidade, visão integral do social e relação transformadora entre meio acadêmico e sociedade. Dessa maneira consegue resgatar o conceito de extensão, de rompimento com o assistencialismo hierárquico estrutural, a comunicação passa a ser dialógica com a sociedade, estabelecendo uma interlocução do conhecimento da comunidade trasladando-o para o conhecimento científico e pela escola retornando-o à sociedade aperfeiçoado para o atendimento de suas demandas por meio de cidadãos transformadores (FORPROEX, 2006).

2.3 Governança de dados extensionistas no estado brasileiro

Durante o processo de redemocratização no Brasil, ocorre em paralelo o fortalecimento do neoliberalismo a nível global, nesse ínterim a cultura da sociedade sofre mudanças, o sistema de acumulação flexível, impulsionada pelas fábricas de tecnologia da informação e comunicação, promove uma degradação mais frequente de produtos,

consequentemente transforma o trabalhador em um comprador frequente que passa a também tratar suas relações sociais como mais descartáveis, se apega a processos mais céleres de educação e trabalho, e aos poucos fragmenta sua formação humana (Harvey, 2010).

A escola por estar fortemente relacionada com a sociedade também é influenciada por esse movimento, os membros dela cada vez mais se habitam com ambientes virtuais informatizados e com dispositivos móveis que paulatinamente coletam dados centrados nas grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação (Souza, 2022). Isso cria uma perspectiva de vigilância digital, onde os dados coletados são transformados em informações que moldam estratégias comerciais ou exploratórias desumanas, uma vez que há difusão da prática alimenta-se o poder de manobra do capitalismo, consequentemente o estado democrático toma medidas regulatórias enquanto também adota boas práticas de governança (Lippold, 2022).

No Brasil há alguns instrumentos legais importantes para esse controle: a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como lei de acesso à informação (LAI) que sob o princípio da publicidade e transparência estabelece procedimentos de divulgação de ações de órgãos e autarquias dos entes federativos; a lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o marco civil da internet, que estabelece garantias, direitos, deveres e princípios no uso da internet no Brasil, também estabelece diretrizes de governança institucional e pessoal de dados, além de tipificar a soberania dos dados nacionais; a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ou lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais em qualquer meio, em especial no meio digital, para a proteção do direito de liberdade e privacidade, nela enseja-se a criação da autoridade nacional de proteção de dados (ANPD); por conseguinte o decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 que estabelece critérios de governança de dados entre órgãos e entidades do poder público e cria o comitê central de governança de dados (CCGD); também o decreto nº 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que amplia o poder de polícia do estado no espaço digital, instituindo a política e comitê nacional de cibersegurança (CCN). Isso cria um terreno de debates do uso de dados, possibilidades e riscos, com espaços para debate de cultura de dados no governo federal (GOV, 2023), debate no uso estratégico de dados para construção de políticas públicas (GOV, 2024), incentivo a integridade e segurança de dados (MGI, 2024; ANPD, 2024), e discussões sobre a regulação do uso de inteligências artificiais na análise de dados (Senado, 2023).

Para esse controle de governança estatal o Brasil tem como entidade de controle externo o Tribunal de Contas da União (TCU), que tem por alvo aprimorar a administração pública em benefício da sociedade. Dentre seus atos o que compeliu a educação a publicização de seus dados foi o acórdão nº 2.267 de 2005 que deu base para o ministério da educação criar a plataforma Nilo Peçanha (PNP) via portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2018, a PNP como canal de indicadores apontados pelo TCU apresenta dados estatísticos de eficiência e eficácia das ações da rede federal EPT (PNP, 2018), porém apesar dos membros da rede federal EPT terem sistemas informatizados de gerenciamento de suas atividades, os processos transformados em código nem sempre estão completos ou maduros, logo o registro de dados não revelam com exatidão as suas atividades acadêmicas.

O TCU em 2022 no seu acórdão nº 461, destaca indicadores a serem apresentados quanto à educação superior, onde a extensão também se faz presente. Além da PNP, o estado possui uma plataforma de controle interno de dados abertos da união, em que ambas apresentam lacuna de dados e/ou apresentação difusa em que a extensão e pesquisa, embora indissociáveis, são expostas como uma só, dificultando a observabilidade da extensão na EPT (CGU, 2023). Não menos importante, o MEC por meio da SETEC, publica em 2022 um

manual de indicadores de extensão, de pesquisa e de inovação para aprimoramento da publicização de dados, além do FORPROEX, enquanto entidade em rede de extensão, em seu 52º encontro em dezembro de 2023, reafirma na sua carta o incentivo a melhoria da coleta de dados da extensão (RENEX, 2023).

Apesar dos estudos do TCU, a educação não se manteve inerte, e no que diz respeito à extensão o estado brasileiro em conjunto com o FORPROEX construíram documentos que expõe características das atividades extensionistas de onde é possível extrair indicadores. Por ordem cronológica, a partir da década passada há o decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 que trata da concessão de bolsas de ensino e extensão universitária (Brasil, 2010); há a política nacional de extensão universitária promovida pelo FORPROEX e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal da EPT (CONIF) (FORPROEX, 2012); lei Nº 13.005, de 24 de junho de 2014 conhecida como plano nacional de educação para 2014 a 2024 com metas a serem alcançadas (Brasil, 2014); indicadores de extensão universitária - IBEU - (FORPROEX, 2017); resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece diretrizes para a extensão na educação superior (MEC, 2018); portaria Nº 983, de 18 de novembro de 2020 do Ministério da Educação que complementa a regulamentação das atividades docentes na EPT (MEC, 2020); e consonante com acórdão nº 461 do TCU há a portaria Nº 299, de 6 de maio de 2022 da secretaria de EPT do Ministério da Educação (MEC, 2022) que dispõe mecanismo legal para a criação em 2023 do manual de indicadores de extensão e pesquisa e inovação (MEC, 2023).

3. METODOLOGIA

O método científico consolida sua caracterização através de métodos, ou maneiras de realizar algo, a partir de uma sistematização de abordagens e procedimentos controlados e observáveis. Como método científico a ser utilizado considera-se uma classificação indutiva uma vez que para a construção do conhecimento legal, normativo e diretivo de uma área de conhecimento existir é preciso uma análise e classificação dos fenômenos sociais materializados em documentos, e desses extrair informações. Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, em um primeiro momento, em que se reflete o cenário qualitativo de indicadores a partir da classificação de elementos que compõem a identidade da extensão no Brasil (Otani, 2023).

O objetivo tende a nortear o caminho percorrido para a construção da pesquisa, neste sentido essa se pauta como uma pesquisa exploratória na busca de compreender o cenário da extensão dentro do escopo estudado, também se torna descritiva quando se encontram pontos convergentes no material levantado na identificação de indicadores, ao mesmo tempo tem um objetivo pragmático ao buscar refletir a realidade do objeto estudado. Por fim, no que cerne o procedimento técnico há o processo de revisão documental na análise de artefatos legais e normativos nacionais (Wazlawick, 2014).

4. RESULTADOS

No decreto Nº 7.416 de 2010 é dado uma visão ampla de critérios para a seleção de bolsistas discentes matriculados na instituição, embora o documento sirva para o ensino e pesquisa, em seu art. 7º considera que atividades de extensão são cursos, eventos, programas e produtos, além disso o documento traz a participação de técnicos-administrativos em educação (TAEs) e de docentes com papel de coordenadores (Brasil, 2010).

Essas características também são observáveis na política nacional de extensão universitária criada em 2012 por meio de estudos ao longo de três anos com contribuição das

universidades tendo como objetivo de análise as práticas extensionistas no ensino superior e o plano de educação nacional vigente, nessa se amplia a possibilidade de uma regulamentação para que TAEs se tornem bolsistas e a terem uma participação equânime ao de docentes nas atividades de extensão, sendo regulamentada somente em 2023 pela lei Nº 14.695, de 10 de outubro de 2023 que também amplia a possibilidade de TAEs exercerem o papel de coordenadores (Brasil, 2023). Além disso, a política nacional de extensão destaca a importância da participação da comunidade externa à instituição e do público alvo atingido por suas ações, por conseguinte discrimina que essas devem se encaixar nas áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, e trabalho; além que aponta para um percentual mínimo de 10% de créditos da extensão nos currículos de cursos superiores (FORPROEX, 2012).

Por conseguinte, o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 da lei Nº 13.005, com metas herdadas do plano anterior, destaca metas voltadas para a extensão, dentre essas ainda há o compromisso de atender ao menos 10% de “carga horária” para cursos de graduação e atividades do tipo programa e projeto, abrindo margem para a inclusão opcional de atividades de extensão na pós-graduação. Não menos importante, destaca os públicos alvo da extensão a população de jovens e adultos (EJA) e de pessoas com deficiência (PCD) (Brasil, 2014).

O manual de indicadores de extensão universitária elaborado por pesquisa estatística junto a comunidade acadêmica, levantou 37 indicadores quantitativos de extensão passíveis de serem computados em sistemas da informação, onde revelam-se mais características pertinentes ao fortalecimento da extensão, como: estrutura física para atividades de gestão e acadêmicas, orçamento para a extensão, participação dos servidores que atuam na extensão em fóruns, eventos e editais externos, quantidade de parcerias, além da confecção de produtos, de produções artísticas e de publicações científicas, atividade logística (FORPROEX, 2017).

Os documentos subsequentes, resolução Nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação, a portaria Nº 983 de 2020 do Ministério da Educação (MEC, 2018), o acórdão Nº 461 de 2022 do Tribunal de Contas da União (TCU, 2022), e a portaria Nº 299 de 2022 do Ministério da Educação (MEC, 2022) que impulsiona a criação do manual de indicadores de extensão e pesquisa e inovação de 2023 (MEC, 2023) reforçam indicadores anteriormente citados, salvo a adição da prestação de serviços como uma modalidade de ação de extensão. Dessa forma alguns indicadores parecem ter mais peso com base na frequência que aparecem em documentos conforme o quadro 1.

Quadro 1 - frequência de indicadores que se repetem.

INDICADOR	FREQUÊNCIA
Docentes em atividades de extensão	6
TAEs em atividades de extensão	6
Modalidades de ações de extensão	5
Discentes envolvidos em ações de extensão	4
Bolsistas	3
Público Alvo	3
Orçamento	3

Áreas temáticas de extensão	2
Participantes externos	2
Ações de extensão com parcerias institucionais	2
Curricularização da extensão	2

Fonte: autoria própria.

Considerando que a EPT, destacada pela lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, abrange dos níveis médio técnico à pós-graduação, além que os documentos que citam indicadores apontam para cálculo quantitativo anual, espera-se que a estratificação desses considerem os níveis do curso do discente e dos currículos, e a unidade temporal ano conforme o quadro 2.

Quadro 2 - estratificação anual de indicadores quantitativos de extensão

INDICADOR	ESTRATIFICAÇÃO ANUAL
Docentes em atividades de extensão	- quantitativo por papel de participante voluntário; - quantitativo por papel de bolsista; - quantitativo por papel de coordenador; - quantitativo por papel de orientador; - percentual de docentes envolvidos em atividades de extensão.
TAEs em atividades de extensão	- quantitativo por papel de participante voluntário; - quantitativo por papel de bolsista; - quantitativo por papel de coordenador; - percentual de TAEs envolvidos em atividades de extensão.
Discentes em atividades de extensão	- quantitativo por papel de participante voluntário; - quantitativo por papel de bolsista; - percentual de discentes envolvidos em ações de extensão
Participantes	- quantitativo total de servidores envolvidos em atividades de extensão; - quantitativo de participantes externos envolvidos em atividades de extensão; - proporção de participantes externos por total de participantes; - percentual de servidores envolvidos em atividades de extensão;
Modalidades de atividades de extensão	- quantitativo por curso; - quantitativo por evento; - quantitativo por programa; - quantitativo por produto; - quantitativo por prestação de serviço; - proporção discentes por programas e projetos - quantitativo de empreendimentos graduados em incubadoras resultados da extensão - quantitativo de cooperativas populares graduadas em incubadoras resultadas da extensão
Curricularização da extensão	- percentual de créditos ou carga horária destinados à extensão no currículo de nível médio técnico; - percentual de créditos ou carga horária destinados à extensão no currículo de graduação; - percentual de créditos ou carga horária destinados à extensão no currículo de pós-graduação; - Percentual de créditos ou carga horária de ações de extensão no currículo de cursos;

Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> - percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão; - quantitativo de recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados; - quantitativo de recursos para extensão captados via editais externos;
Público alvo	<ul style="list-style-type: none"> - quantitativo de pessoas atendidas por ações de extensão; - quantitativo de pessoas alcançadas por atividades de modalidade prestação de serviço; - quantitativo de pessoas alcançadas por atividades de modalidade programas e projetos; - quantitativo de pessoas alcançadas por atividades de modalidade cursos e eventos; - quantitativo de ações de extensão para capacitação de população EJA; - quantitativo de ações de extensão para capacitação de população PCD; - quantitativo de pessoas atendidas por discentes de graduação por meio de ações de extensão; - quantitativo de docentes da rede pública capacitados por programas e projetos de formação continuada; - percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável; - percentual de ações de extensão dirigidas às escolas públicas; - percentual de municípios atendidos por ações extensionistas;
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> - percentual de ações de extensão com parcerias institucionais; - percentual de representação oficial da instituição junto à sociedade civil; - taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos;
Produção extensionista	<ul style="list-style-type: none"> - quantitativo de produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão; - quantitativo de publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão; - quantitativo de mídias de comunicações em eventos com base em resultados da extensão; - quantitativo de produções audiovisuais resultadas da extensão; - quantitativo de produções artísticas (exposições, espetáculos, outros) resultadas da extensão;
Área temática de extensão	<ul style="list-style-type: none"> - quantitativo de atividades de extensão por área da comunicação; - quantitativo de atividades de extensão por área da cultura; - quantitativo de atividades de extensão por área dos direitos humanos e justiça; - quantitativo de atividades de extensão por área da tecnologia e produção; - quantitativo de atividades de extensão por área do trabalho;
Infraestrutura e recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - proporção de horas de treinamento por servidor da gestão extensionista; - proporção de participação em eventos por servidor da gestão extensionista; - proporção de participação em eventos promovidos ou apoiados pela pró-reitoria de extensão por servidor da gestão extensionista; - proporção espaço físico (área) por servidor; - percentual de capacidade de atendimento de demandas de transporte logístico para ações de extensão

Atividade de extensão	<ul style="list-style-type: none"> - quantitativo total de atividades de extensão; - proporção de ações de extensão com status aprovada por servidor; - quantitativo de atividades de extensão com status favorável; - quantitativo de atividades de extensão com status desfavorável; - percentual de atividade de extensão que articularam com a pesquisa; - percentual de atividade de extensão que articularam com o ensino;
-----------------------	--

Fonte: autoria própria.

5. CONCLUSÃO

A extensão no contexto da educação profissional e tecnológica brasileira é uma ponte entre a academia e a sociedade, promovendo uma prática acadêmica que responde às demandas sociais e contribui para o desenvolvimento humano. A governança de dados emerge como um elemento para fortalecê-la através da transparência de suas atividades, possibilitando não apenas a monitoração e avaliação estratégica, mas também uma prestação de contas mais eficiente à sociedade. Porém, a evolução da extensão é contínua e exige adaptações constantes aos processos de gestão, tecnológicas e políticas, em um país como Brasil que tem adotado políticas de transformação digital, dar visibilidade ao que é requerido não só por órgãos de controle, mas também pela comunidade envolta das atividades, inclina a extensão para que continue a cumprir seu papel transformador na formação integral dos cidadãos e na construção de uma sociedade mais integrada com a academia.

Embora o estudo seja uma revisão documental exploratória, a pesquisa sobre o tema permite ser aplicada sobre os membros da rede federal da EPT considerando a revisão de normativas internas e a construção de processos de negócio em seus sistemas de informação para a extração dos indicadores antes listados a fim de observar a maturidade da extensão nesses ambientes.

Este trabalho é parte de uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) que busca, por meio da publicização dos dados de extensão, tanto fortalecer o vínculo com a sociedade civil quanto auxiliar gestores na tomada de decisão. Para tanto, os próximos passos são a identificação e recuperação dos dados que correspondem aos indicadores listados a partir dos sistemas de informação da instituição. Na sequência, será elaborado um painel (*dashboard*) com as informações atualizadas. Apesar do escopo ser o IFSC, espera-se que os resultados possam ser replicados para todas as unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

ANPD. **Programa de integridade e comissão gestora**. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-institui-programa-de-integridade-e-cria-comissao-gestora>. Acesso em 29 de junho de 2024.

BARBIERI, Carlos. **Governança de Dados: práticas, conceitos e novos caminhos**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010**. Concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm. Acesso em 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Fundação da Rede Federal de Educação. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 29 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.695, de 10 de outubro de 2023.** Altera a concessão de bolsas nas instituições federais de ensino. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114695.htm. Acesso em 29 de junho de 2024.

CASTRO, Cloves Alexandre de; Plácido, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. **História Socioespacial Do Trabalho No Brasil, Educação Profissional E Tecnológica e a Questão Regional.** Revista labor, Fortaleza, V 1, N. 24 2020.

CGU. **Painel de Monitoramento de Dados Abertos do Governo Federal.** 2023. Controladoria Geral da União. Disponível em <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/dadosabertos>. Acesso em 29 de junho de 2024.

FORPROEX. **Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em 29 de junho de 2024.

FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2024.

FORPROEX. **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU).** Campina Grande, 2017. Disponível em https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf. Acesso em 29 de junho de 2024.

GOV. **Fórum debate políticas de governança de dados no governo federal.** 2023. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/forum-debate-politicas-de-governanca-de-dados-no-governo-federal>. Acesso em 29 de junho de 2024.

GOV. **Gestão debate o uso estratégico de dados nas políticas públicas.** 2024. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/gestao-debate-o-uso-estrategico-de-dados-nas-politicas-publicas>. Acesso em 29 de junho de 2024.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LIPPOLD, W., & Faustino, D.. **Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados**. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 14(2), 56–78. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em 29 de junho de 2024.

MARKOFF, John. **Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p.18-50, 2013.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores**. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MEC. **Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira**. Ministério da Educação. 2018. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 29 de junho de 2024.

MEC. **Portaria N° 983, de 18 de novembro de 2020**. Complementa a regulamentação das atividades docentes na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Ministério da Educação. 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-983-de-18-de-novembro-de-2020-289277573>. Acesso em 29 de junho de 2024.

MEC. **Portaria N° 299, de 18 de novembro de 2022**. Indicadores de pesquisa e extensão na educação profissional, científica e tecnológica. Ministério da Educação. 2022. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-299-de-6-de-maio-de-2022-399680297>. Acesso em 29 de junho de 2024.

MEC. **Manual dos indicadores de extensão e pesquisa e inovação das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Ministério da Educação. 2023. Disponível em <https://monitorsetec.gitlab.io/docs/assets/files/ManualIndicadoresPortaria2992022-567e46e1ccfddb07cd908c39fa61fb85.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2024.

MESSINA GOMEZ, S. DA R.; DALLA CORTE, M. G.; ROSSO, G. P. **A Reforma de Córdoba e a educação superior**. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5, p. e019020, 1 maio 2019. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/download/8653655/19027/46829>. Acessa em 28 de junho de 2024.

MGI. **Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação**. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/gestao-lanca-centro-de-excelencia-em-privacidade-e-seguranca-da-informacao-ceps-gov-br>. Acesso em 29 de junho de 2024.

NASCIMENTO, José Mateus do. **Ensino profissional brasileiro no século XIX: Ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios**. *Hist. R.*, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76-98, mai./ago. 2020.

NETO, Antônio Cabral. **Democracia: velhas e novas controvérsias**. Estudos de Psicologia 1997, p.287-312. Disponível em https://moodle3.ifsc.edu.br/pluginfile.php/223287/mod_resource/content/1/baixados.pdf. Acesso em 06 nov. 2023.

OTANI, Nilo; Juliani, Paulesky Douglas. **Metodologia de Pesquisa**. 2.ed. ampl. e rev. 2023. Disponível em <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=759217>. Acesso em 25 jun. 2023.

PNP. **Plataforma Nilo Peçanha**. Publicização de dados oficiais da rede federal EPCT. 2018. Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em 29 de junho de 2024.

RENEX. **Cartas e Memória - Encontros Nacionais do FORPREX**. 2023. Rede Nacional de Extensão RENEX. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria..> Acesso em 29 de junho de 2024.

RODRIGUES, Valéria M. **O Fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária**. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34562>. Acesso em 29 jun. 2024.

SCHENKEL, C.A. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SENADO. **Projeto de Lei 2.338/2023**. Marco Legal da Inteligência Artificial. 2023. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/projeto-em-destaque/2023/06/13/marco-legal-da-inteligencia-artificial>. Acesso em 29 de junho de 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Edilana Carlos da. **Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI)**. Essentia Editora IFFluminense, 2022, Dossiê Temático, v. 24, n. 22022, p. 236-266. Disponível em https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/222963/mod_resource/content/1/02.pdf. Acesso em 14 ago. 2023.

TCU. **Acórdão 461/2022**. Indicadores de Gestão e Desempenho da Rede Federal de Educação. Tribunal de Contas da União, 2022. Disponível em https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A461%2520ANOACORDAO%253A2022/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520. Acesso em 29 de junho de 2024.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Metodologia de pesquisa para ciência da computação**. Rio de Janeiro, RJ: 2ª ed, Elsevier Editora Ltda, 2014.